



ACÓRDÃO Nº 728/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11434/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social de Beruri - FUNPREB
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Sidney Oliveira Miranda (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6277/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social de Beruri - FUNPREB. Exercício de 2015.

Alcance. Irregularidade. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Considerar em Alcance** o Senhor **Sidney Oliveira Miranda**, Diretor Geral do Fundo de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **581.569,63** (quinhentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), nos termos do art. 304, VI, da Res. 04/2002, c/c o disposto no art. 22, III, “c” e “d” e §2º, “a” da Lei nº. 2423/1996), em razão dos montantes listados nos itens nº. **03 e 05** do **Relatório Conclusivo nº. 26/2016** – DICERP, às fls. 206/219 dos autos:

(...)

- 10.1.1. *Justificar de forma documental se a contratação de Assessoria Jurídica, no valor de **R\$ 36.000,00**, foi utilizada de forma efetiva por este fundo previdenciário, demonstrando documentalmente os trabalhos efetivamente prestados ao Fundo pela Assessoria Jurídica, sem prejuízo quanto a aplicabilidade do §2º do art. 20 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM. Contratado: Walcimar de Souza Oliveira. CPF: 310.963.012-53. OAB: 2469, modalidade: Convite nº. 001/2015.*



ACÓRDÃO Nº 728/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

*O jurisdicionado não enviou nenhum documento que comprove que o profissional contratado realizou qualquer trabalho que justifique a despesa. Neste sentido, houve a identificação de falhas de natureza grave, especialmente omissão em licitar, contrariando o dever de, em regra, omissão em comprovar a execução do **contrato de assessoria jurídica no valor de R\$ 36.000,00**. Desta forma, concordo com a manifestação da Comissão de Inspeção e a manifestação do Representante Ministerial desta Corte de Contas, imputando **glosa do valor integral ao responsável**, tendo em vista que não foi devidamente solucionado o que foi apontado em questão.*

10.1.2. *É função do Controle Externo atestar a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos. Nesse sentido, são os artigos 70, § único, da CR/1988; 39 a 45, §§ e incisos respectivos, da CE/1989, c/c o art. 81, 83 e 85 da Lei nº. 4.320/1964. Nesse sentido, justifique a não apresentação das conciliações bancárias no Processo de Prestação de Contas Anual, as contas “Conta Única RPPS” e “Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata” **representam um valor de R\$ 545.569,63**, sem prejuízo quanto a aplicabilidade do §2º, art. 20 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM.*

*O responsável enviou defesa às fls. 166; 196/197, porém, apesar de ter encaminhado o Relatório de Razão Analítico dos dois saldos solicitados, a Comissão de Inspeção tinha solicitado a base documental de tais registros, pois a contabilidade não mais é do que o registro dos fatos patrimoniais, no entanto esse registro deve possuir base documental, que neste caso em questão seriam os extratos bancários, os quais não constam nos autos. Desta forma, concordo com a manifestação da Comissão de Inspeção e a manifestação do Representante Ministerial desta Corte de Contas, imputando **glosa do valor integral ao responsável**, tendo em vista que não foi devidamente solucionado o que foi apontado em questão.*

Que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a” da Lei nº. 2423/1996 e art. 308, §3º, da Res. 04/2002). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de



ACÓRDÃO Nº728/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

todas as medidas adotadas.

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do Senhor **Sidney Oliveira Miranda**, Diretor Geral do FUNPREB e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos arts. 18, II, da LC 6/1991, c/c o art. 1º, II, art. 22, III, “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB, referente ao exercício de 2015.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Sidney Oliveira Miranda**, Diretor Geral do FUNPREB e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma prevista no art. 1º, XXVI, da Lei 2423/96, nos termos do art. 54, II, da Lei 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Res. 04/2002, inciso acrescentado pelo art. 2º, da Resolução nº. 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas neste voto de **nºs. 01, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 do Relatório Conclusivo nº. 26/2016**, às fls. 206/219 dos autos, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.

4. DETERMINE à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- Encaminhe à atual Administração do Fundo de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.

- Notifique o Senhor **Sidney Oliveira Miranda**, Diretor Geral do FUNPREB e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso.

- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.



ACÓRDÃO Nº728/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Julho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral